



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

## ESTADO DE MATO GROSSO

### PROJETO DE LEI ORDINARIA Nº 017/2024

De 02 de abril de 2024

**DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NOS TERMOS DO ARTIGO 31 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 59 DA LEI COMPLEMENTAR nº 101/2000, LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E ACORDÃO N.º 117/2020-TP TCE/MT, REDEFINE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE TAPURAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Sr. **Odair Cesar Nunes**, prefeito do município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas gerais sobre a fiscalização do Município, organizada sob a forma de **Sistema de Controle Interno Municipal**, especialmente nos termos do artigo 31 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101-2000, da Lei Orgânica Municipal e Acórdão n.º 117/2020-TP TCE/MT, sendo que tomará por base a escrituração e demonstrações contábeis, os relatórios de execução e acompanhamento de projetos e de atividades e outros procedimentos e instrumentos estabelecidos pela legislação em vigor ou órgãos de controle interno e externo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

## ESTADO DE MATO GROSSO

**Art. 2º** Para os fins desta Lei considera-se:

- a) Controle Interno:** conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela própria gerência do setor público, com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência;
- b) Sistema de Controle Interno:** conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de uma unidade central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno;
- c) Auditoria:** minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais, e se dará de acordo com as normas e procedimentos de Auditoria.

### CAPÍTULO II

#### DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL E SUA ABRANGÊNCIA

**Art. 3º** A fiscalização do Município será exercida pelo sistema de controle interno, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, objetivará a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas.

**Art. 4º** A Prefeitura Municipal, abrangendo as Administrações Direta e Indireta e a Câmara Municipal, ficam autorizados a organizar sua respectiva **Unidade de Controle Interno - UCI**, vinculada diretamente ao respectivo chefe do Poder ou Órgão, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais.

### CAPÍTULO III

#### DA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO E SUA FINALIDADE

AV. RIO DE JANEIRO, 125 - PAÇO MUNICIPAL - CENTRO  
CEP: 78.573-000 - TAPURAH - MT - TELEFONES: (066) 3547-3600  
Site: [www.tapurah.mt.gov.br](http://www.tapurah.mt.gov.br) e-mail: [gabinete.tapurah@gmail.com](mailto:gabinete.tapurah@gmail.com)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

**Art. 5º** O Sistema De Controle Interno do Município, tem como objetivo executar as atividades de controle municipal, alicerçado na realização de auditorias, com a finalidade de:

**I** - verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do município, no mínimo uma vez por ano;

**II** - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, à eficiência, à economicidade e à efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

**III** - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

**IV** - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

**V** - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;

**VI** - examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

**VII** - exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;

**VIII** - exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como à conta "restos a pagar" e "despesas de exercícios anteriores";

**IX** - acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e examinando as despesas correspondentes, na forma do inciso V deste artigo;

**X** - supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo para o



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 101-2000, caso haja necessidade;

**XI** - realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não;

**XII** - realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar nº 101-2000;

**XIII** - controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal;

**XIV** - acompanhar o atingimento dos índices fixados para a educação e a saúde, estabelecidos pelas Emendas Constitucionais nº 14-1998 e nº 29-2000, respectivamente;

**XV** - acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas do Estado, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta municipal, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;

**XVI** - verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas; e

**XVII** - realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**Art. 6º** O Sistema De Controle Interno do Poder Executivo e Legislativo será chefiado pela coordenação geral de cada Poder, com as atribuições definidas nesta Lei.

**Art. 7º** A Unidade de Controle Interno - UCI do Município atuará com a organização funcional descrita no Art. 9º da Lei Complementar nº 153/2020 in verbis:

**AV. RIO DE JANEIRO, 125**  
**CEP: 78.573-000**  
**Site: [www.tapurah.mt.gov.br](http://www.tapurah.mt.gov.br)**

**- TAPURAH - MT**

**PAÇO MUNICIPAL**  
**TELEFONES: (066) 3547-3600**

**- CENTRO**

**e-mail: [gabinete.tapurah@gmail.com](mailto:gabinete.tapurah@gmail.com)**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

## ESTADO DE MATO GROSSO

### V. Controladoria Geral do Município – CGM

- a) Unidade de Coordenação do Controle Interno – UCCI*
- b) Ouvidoria Municipal – OM*
- c) Corregedoria Municipal – CM*
- d) Arquivo Público – ARQP*

**Art. 8º** O Sistema de Controle Interno instituído pelo Poder Executivo (Administração Direta e Indireta) e pelo Poder Legislativo, com a indicação do respectivo responsável no órgão e na entidade, para o controle de seus recursos orçamentários e financeiros, é constituído por Unidades de Controle Interno.

## CAPÍTULO V

### DA CONTROLADORIA GERAL

**Art. 9º** A Controladoria Geral compete:

- I** - Elaborar as normas de Controle Interno para os atos de Administração a serem aprovados no âmbito de cada poder;
- II** - Propor aos chefes dos Poderes, quando necessário, atualização e adequação das normas de Controle Interno para os atos da administração;
- III** - Programar e organizar auditorias nas Unidades Operacionais, com periodicidade anual através da elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna;
- IV** - Programar e organizar auditoria nas entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos;
- V** - Manifestar-se, expressamente, sobre as contas anuais de cada Poder, sendo que cada chefe de Poder deverá emitir atestado de conhecimento das conclusões contidas na manifestação;
- VI** - Encaminhar ao Tribunal de Contas Relatórios de Auditoria e manifestação sobre as



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

contas anuais de cada Poder, com indicação das providências adotadas e a adotar para corrigir eventuais ilegalidades ou irregularidades, ressarcir danos causados ao erário, ou evitar a ocorrência de falhas semelhantes;

**VII** - Sugerir aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo instauração de Tomada de Contas Especial nos casos de identificação de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte danos ao erário;

**VIII** - Sugerir aos Chefes dos Poderes, no âmbito de suas competências, (a instauração de Processo Administrativo nos casos de descumprimento de norma de controle interno caracterizado como grave infração a norma constitucional ou legal);

**IX** - Dar conhecimento ao Tribunal de Contas sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas em Tomada de Contas Especial realizada, como indicação das providências adotadas ou a adotar para ressarcimento de eventuais danos causados ao erário e para corrigir e evitar novas falhas;

**X** - Assinar, por seu titular, o Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 e 55 da LC nº 101/2000.

**Parágrafo único.** Para o perfeito cumprimento do disposto no inciso I, os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município deverão encaminhar à Unidade de Controle Interno imediatamente após a conclusão/publicação os seguintes atos, no que couber:

**I** - a Lei e anexos relativos: ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, à Lei Orçamentária Anual e à documentação referente à abertura de todos os créditos adicionais;

**II** - a Estrutura Administrativa Municipal atualizada;

**III** - os editais de licitação ou contratos, inclusive administrativos, os convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

**IV** - Os nomes de todos os responsáveis pelos setores de cada Poder, conforme disposto em suas estruturas administrativas;

**V** - os concursos realizados e as admissões realizadas a qualquer título;

**VI** - os nomes dos responsáveis pelos setores e departamentos de cada entidade municipal, quer da Administração Direta ou Indireta; e

**VII** - o plano de ação administrativa de cada secretaria, Departamento ou Unidade Administrativa.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DA AUDITORIA INTERNA**

**Art. 10.** O trabalho de Auditoria Interna deverá ser desenvolvido com obediência as seguintes normas básicas:

**I** - As auditorias serão realizadas mediante programação e organização pela Controladoria Geral;

**II** - Verificação do cumprimento das normas de Controle Interno pelos servidores municipais no exercício de suas funções nas diversas Unidades Operacionais, ou por aqueles beneficiados com recursos públicos;

**III** - Registro do trabalho de auditoria em relatórios, com indicação clara de eventuais falhas, erros, deficiência, ilegalidades ou irregularidades constatadas;

**IV** - O relatório de auditoria será encaminhado a Controladoria Geral para emissão de parecer, conhecimento dos Chefes dos Poderes, observando o âmbito de competência, e encaminhamento ao Tribunal de Contas com indicação das medidas adotadas ou a adotar para correção das falhas apontadas.

**§ 1º** O trabalho de Auditoria Interna será exercido por servidores nomeados em cargos efetivos de auditor ou controlador interno com formação na áreas exigidas pela lei



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

municipal e nível superior.

§ 2º Para atender ao princípio da segregação de função, sem prejuízo do princípio da economicidade, as auditorias poderão ser contratadas pela Administração Municipal.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

**Art. 11.** O trabalho de Tomada de Contas Especial será exercido por comissão ou por tomada de contas designadas pelos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo no âmbito de cada poder, com obediência as seguintes normas básicas:

I - apurar fatos, identificar os responsáveis, quantificar o dano causado ao erário quando não forem prestadas contas, ou quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro ou valores públicos, ou ainda, se caracterizada a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário;

II - elaborar Relatórios de Tomada de Contas Especial, com registro claro e objetivo dos fatos apurados;

III - Encaminhar Relatórios de Tomada de Contas Especial à Controladoria Geral para emissão de parecer, indicando as medidas adotadas e a adotar para correção e reparo de eventual dano causado ao erário, dando conhecimento ao Chefe do Poder correspondente, e posteriormente encaminhado ao Tribunal de Contas.

§ 1º A Tomada de Contas Especial será sugerida pelo Controlador Geral e/ou determinada pelo Prefeito Municipal ou Presidente da Câmara no âmbito de cada Poder.

§ 2º Estão sujeitos a Tomada de Contas Especial, os agentes públicos, servidores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores da administração direta do município e as contas daqueles que derem causa a perda, ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

§ 3º Apurado e quantificado o dano causado ao erário, o responsável, identificado em processo de Tomada de Contas Especial, será notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da citação, recolher aos cofres do Município o valor do débito devidamente corrigido, ou apresentar alegações de defesa.

§ 4º Não havendo imputação de débito em processo de Tomada de Contas Especial, mas comprovada a prática de grave infração a norma constitucional ou legal, o responsável estará sujeito a multa e/ou as penalidades administrativas previstas no Estatuto dos Servidores ou em regulamento próprio editado pela autoridade administrativa, no âmbito de cada Poder.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Art. 12.** A instauração de Processo Administrativo será determinada pelo Chefe de cada Poder no âmbito de sua competência quando comprovada a prática de grave infração as normas de Controle Interno.

**Art. 13.** O Processo Administrativo será desenvolvido por Comissão designada pelo Chefe de cada Poder no âmbito de sua competência para apuração dos fatos e identificação dos responsáveis.

**Art. 14.** O Processo Administrativo adotará no que couberem as normas básicas estabelecidas para a Tomada de Contas Especial.

### **CAPÍTULO IX**

#### **DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E RESPONSABILIDADES**

**Art. 15.** Verificada a ilegalidade de ato(s) ou contrato(s), a UCI, de imediato, dará ciência ao Chefe do Executivo ou ao Presidente da Câmara, conforme a ilegalidade for constatada e comunicará também ao responsável, a fim de que adote as providências e esclarecimentos necessários ao exato cumprimento da Lei, fazendo indicação expressa



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

dos dispositivos a serem observados.

### **CAPÍTULO X**

#### **DO APOIO AO CONTROLE EXTERNO**

**Art. 16.** No apoio ao Controle Externo, a Unidade de Controle Interno - UCI deverá exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

**I** - organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas, a documentação anual da auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial aos órgãos sob seu controle, mantendo a documentação e relatórios organizados, especialmente para verificação do Controle Externo;

**II** - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatórios, recomendações e parecer;

**III** - encaminhar ao Controle Externo a documentação estabelecida no inciso VI do Capítulo V desta Lei bem como documentação estabelecida no inciso IV do Capítulo VII e inciso III do capítulo VIII desta Lei;

**IV** - organizar e colocar a disposição do mesmo as providências tomadas para corrigir as falhas apontadas pela auditoria interna e Tomada de Contas Especial se for o caso.

### **CAPÍTULO XI**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 17.** Fica assegurado aos responsáveis pela Auditoria Interna, no desempenho de suas funções, o acesso a todos os documentos, fatos e informações relacionados aos órgãos e entidades alcançados pela Controladoria Geral.

**Art. 18.** É vedado aos responsáveis pelo trabalho de auditoria interna divulgar fatos e informações de que tenham tomado conhecimento, em razão do exercício de suas atribuições.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH**

## **ESTADO DE MATO GROSSO**

**Art. 19.** Deverão ser divulgadas na página da Internet indicada por cada Poder, as informações, sobre os dados oficiais relativos à execução dos respectivos orçamentos.

**Art. 20.** Os servidores da Unidade de Controle Interno - UCI deverão ser incentivados a receberem treinamentos específicos e participarão, obrigatoriamente:

I - de qualquer processo de expansão da informatização municipal, com vista a proceder à otimização dos serviços prestados pelos subsistemas de controle interno;

II - do projeto à implantação do gerenciamento e custos pela gestão da qualidade total municipal;

III - de cursos relacionados à sua área de atuação;

**Art. 21.** Esta Lei será regulamentada no que couber no âmbito de cada Poder.

**Art. 22.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 23.** Revoga-se na íntegra a Lei Municipal nº 702/2007 de 21 de novembro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro.

**ODAIR CESAR NUNES**

**Prefeito Municipal**